

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026

09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



A ESCRITA COMO FERRAMENTA DE LIBERDADE: INTELECTUAIS NEGROS E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO REPUBLICANA E ANTIRRACISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890–1930)

Fábyo Henrique Rabelo Feitosa

Unimontes

ademicofabyorabelo@gmail.com

Isadora Sousa Rocha Santos

Unimontes

sousarochasantos@gmail.com

Clelma R. Martins Mendes

E. E. Cel. Filomeno Ribeiro

clelmamartinsmendes@gmail.com

César Henrique de Queiroz Porto

Unimontes

cesarqueirozporto@gmail.com

Eixo : 3 Educação e Diversidade

Resumo Expandido

Palavras-chave: Educação antirracista; Intelectuais negros; Primeira República.

Introdução

A república brasileira estruturou-se sob a tensão entre o discurso de modernização e a permanência de desigualdades herdadas do período escravocrata. Embora a Abolição (1888) tenha encerrado formalmente o cativeiro, a transição republicana carece de políticas efetivas de reparação, consolidando o que Chalhoub (1990) define como “liberdade precária”: um estado de autonomia vigiada e exclusão social. Nesse cenário, a inserção negra na sociedade de classes ocorreu de forma marginal, com acesso limitado à educação e aos espaços de poder como salienta Fernandes (2008), sob influência das teorias do racismo científico e do ideal de branqueamento demonstrado por Munanga (2019). Nesse quadro insere-se esta investigação, desenvolvida no âmbito do PIBID de História da Unimontes, na Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro, com as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. A proposta aborda as relações étnico-raciais sob uma perspectiva histórica crítica e propositiva, em estrita consonância com as diretrizes da Lei nº 10.639/2003. O objeto de estudo centrou-se na análise de obras e trajetórias de intelectuais negros como José do Patrocínio, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Antonieta de Barros, Hemetério José dos Santos e Manoel Querino. Foram realizados debates com os estudantes, focados na escrita como tecnologia de insurgência e produção de conhecimento. A imprensa negra e a produção literária do período configuraram-se como esferas de formação política, denúncia do racismo e afirmação identitária como aponta Pinto (2010). Educadores como Santos e Barros reforçam a educação como eixo de emancipação e cidadania. O PIBID demonstrou que a escrita desempenha papel fundamental na construção de uma consciência crítica historiográfica. Tais experiências

fundamentam a base ética para a consolidação da educação das relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo.

Justificativa e Problema da Pesquisa

A relevância desta pesquisa reside em problematizar o apagamento sistemático das produções intelectuais negras, Nascimento (2016). Justifica-se como intervenção pedagógica para valorizar tais trajetórias no ensino de História. No PIBID, assume dimensão formativa ao articular pesquisa e docência, permitindo que estudantes vejam intelectuais negros como sujeitos ativos, e não objetos. O estudo dialoga com a Lei nº 10.639/2003, fornecendo subsídios para uma educação das relações étnico-raciais equânime. Ao enfocar a escrita como resistência, busca-se superar abordagens superficiais e comemorativas no espaço escolar, fortalecendo a formação crítica e a construção de uma sociedade mais justa.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral é analisar o protagonismo de intelectuais negros e a escrita como resistência na educação antirracista da Primeira República. Especificamente, busca-se: investigar a imprensa negra na esfera pública como alternativa e formadora de consciência crítica; analisar estratégias discursivas e pedagógicas na literatura e docência que tensionam o racismo institucional; destacar o papel ativo desses sujeitos na criação de projetos educacionais emancipatórios; e articular essas experiências ao debate contemporâneo sobre a educação das relações étnico-raciais, demonstrando que os fundamentos da Lei nº 10.639/2003 encontram respaldo nas reflexões desse período.

Referencial Teórico

A base teórica compreende a escrita como prática social e pedagógica na Primeira República. Ancora-se na crítica à “liberdade precária” Chalhoub (1990) e à integração marginal do negro na sociedade de classes com Fernandes (2008). Nesse cenário, a imprensa negra, em periódicos como *O Clarim da Alvorada* e *Getulino*, atuou como esfera pública alternativa e ferramenta formativa expressada em Pinto (2010). A reflexão sobre identidade dialoga com Munanga (2019) e Querino (1918), enquanto Sousa (2010) e Barreto (2010) expressam as tensões raciais na literatura. A análise expande-se com Nascimento (2016) e Gomes (2017), que validam o movimento negro como produtor de saberes. Assim, a atuação de Santos (1907) e Barros (2021) evidencia a construção de uma pedagogia antirracista em estrita consonância com a Lei nº 10.639/2003.

Análise dos Dados e Resultados Finais da Pesquisa

A análise mostra que a escrita foi central na resistência negra na Primeira República como intervenção política e identitária. A imprensa negra *Clarim da Alvorada* foi esfera pública alternativa demonstrada por Pinto (2010), Santos (1907) e Barros (2021) propuseram pedagogias emancipatórias Gomes (2017), enquanto Querino, Barreto e Sousa denunciaram o racismo. A prática no PIBID permitiu que alunos compreendessem o protagonismo negro contra o apagamento de sua história. Conclui-se que tal produção intelectual oferece subsídios para a efetivação da Lei 10.639/2003 no cotidiano escolar de modo a contribuir para a promoção da equidade racial.

Relação com a pesquisa em Educação e eixo do COPED

Este trabalho articula-se ao eixo temático do COPED, Educação, História e Relações Étnico-Raciais, ao compreender a educação como espaço estratégico na construção de práticas democráticas e emancipatórias. Ao analisar a produção intelectual de Manoel Querino e Antonieta de Barros, o estudo evidencia que a educação antirracista no Brasil resulta de um processo histórico de resistência e elaboração crítica protagonizado por intelectuais negros.

Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 é interpretada como expressão institucional dessas lutas, consolidando demandas históricas por reconhecimento e inclusão. Em diálogo com as reflexões de Nilma Lino Gomes, que compreende o movimento negro como sujeito educador, a pesquisa contribui para a formação docente ao destacar a escrita como instrumento de produção de conhecimento e transformação social.

Considerações Finais

Consideramos que a escrita negra na Primeira República consolidou-se como instrumento de resistência e emancipação da intelectualidade negra, ultrapassando o caráter estético. Sujeitos como Antonieta de Barros, Manoel Querino, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Hemetério José dos Santos e José do Patrocínio mobilizaram a produção textual como estratégia de intervenção política contra o racismo estrutural. A imprensa negra e a literatura foram fundamentais para a consciência crítica, denunciando desigualdades e afirmando a centralidade negra na construção do país. Longe da passividade, esses intelectuais foram agentes ativos em projetos educacionais comprometidos com a justiça social. Conclui-se que essa produção constitui a base histórica para a educação antirracista no Brasil, cujos princípios foram institucionalizados pela Lei nº 10.639/2003, sendo essencial para uma prática pedagógica transformadora e inclusiva na atualidade.

Referências

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

BARROS, Antonieta de. **Farrapos de ideias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PATROCÍNIO, José do. **Textos jornalísticos**. Organização de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **A imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

QUERINO, Manoel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

SANTOS, Hemetério José dos. **Questões de ensino (estudos e conferências)**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1907.

SOUSA, Cruz e. **Broquéis**; Faróis. São Paulo: Martin Claret, 2010.